

Ele ficou mais legível? Evidências empíricas dos principais assuntos no relatório de auditoria independente^{*,**}

Vagner Antônio Marques¹

 <https://orcid.org/0000-0001-7210-4552>

E-mail: vagner.marques@ufes.br

Lanna Nogueira Pereira²

 <https://orcid.org/0000-0002-3511-8063>

E-mail: lanna_nogueira@hotmail.com

Idamo Favalessa de Aquino¹

 <https://orcid.org/0000-0003-3189-9955>

E-mail: idamo.aquino@edu.ufes.br

Viviane da Costa Freitag³

 <https://orcid.org/0000-0001-8989-1361>

E-mail: viviane.freitag@academico.ufpb.br

¹ Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Ciências Contábeis, Vitória, ES, Brasil

² FUCAPE Business School, Departamento de Ciências Contábeis e Administração, Vitória, ES, Brasil

³ Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Departamento de Finanças e Contabilidade, João Pessoa, PB, Brasil

Recebido em 21.08.2020 – Desk aceite em 21.09.2020 – 3ª versão aprovada em 05.03.2021 – Ahead of print em 23.07.2021

Editor-Chefe: Fábio Frezatti

Editor Associado: Eliseu Martins

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar o efeito da adoção da Norma Brasileira de Contabilidade – Técnica Auditoria 701 (NBC TA 701) sobre a legibilidade do relatório de auditoria. O trabalho preenche uma lacuna na literatura ao obter evidências empíricas sobre o efeito da NBC TA 701 na facilidade de leitura e compreensibilidade do relatório de auditoria. O estudo é relevante para verificar se a divulgação dos principais assuntos de auditoria (PAAs) melhora a facilidade de leitura e compreensão do relatório dos auditores após a adoção da NBC TA 701. Diferentemente da literatura prévia, observou-se que o efeito dos PAAs tem relação não linear e em formato de U, o que sugere benefícios adicionais sobre a legibilidade a partir de determinada quantidade de principais assuntos reportados. Os dados de uma amostra com 240 empresas listadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), no período de 2013 a 2018, foram avaliados por meio da análise de conteúdo, estatística descritiva, testes de diferenças entre as médias e análises de correlação e regressão com dados em painel. Os resultados demonstraram que a adoção da NBC TA 701 afetou significativamente o índice de legibilidade de Flesch (ILF) do relatório de auditoria independente. Confirmaram, ainda, que a quantidade de PAAs reportada aumenta de forma não linear o ILF, e que os tipos de principais assuntos afetam de maneira diferente a legibilidade conforme a complexidade desses. Os resultados apresentam evidências de que o novo relatório do auditor melhora de forma não linear o nível de legibilidade, contribuindo, dessa forma, para o conteúdo informacional do relatório de auditoria destinado à tomada de decisão dos diversos usuários.

Palavras-chave: relatório do auditor, NBC TA 701, PAAs.

Endereço para correspondência

Vagner Antônio Marques

Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Ciências Contábeis

Avenida Fernando Ferrari, 514 – CEP 29075-910

Goiabeiras – Vitória – ES – Brasil

* Artigo apresentado no XX USP International Conference in Accounting, São Paulo, SP, Brasil, julho de 2020.

** Os autores agradecem ao CNPq pelo apoio financeiro na realização desta pesquisa.



1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo foi analisar o efeito da adoção da Norma Brasileira de Contabilidade – Técnica de Auditoria 701 (NBC TA 701) sobre a legibilidade dos relatórios de auditoria independente (RAIs). Os casos de fraudes contábeis das últimas duas décadas implicaram em mudanças regulatórias com objetivo de melhorar a análise de risco e de proporcionar melhor compreensão sobre aspectos relevantes no processo de auditoria das demonstrações financeiras (Kitiwong & Sarapaivanich, 2020; Reid et al., 2019).

No Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) alterou o conjunto de NBC TA (Santos et al., 2020). Dentre essas, destaca-se a NBC TA 701, equivalente à Internacional Standards on Auditing 701 (ISA 701), que atribuiu ao auditor o dever de comunicar, por meio do RAI, quais aspectos demandaram mais atenção durante o processo de auditoria – os chamados Principais Assuntos de Auditoria (PAAs). Destaca-se que, como a NBC TA 701 é a tradução da ISA 701, utilizou-se ao longo do texto o termo NBC TA 701, até mesmo nas discussões dos trabalhos estrangeiros.

Ocorre que, a despeito da expectativa de que a divulgação desses dados tenha potencial para aumentar a utilidade dos relatórios dos auditores, a literatura ainda é controversa (Gold & Heilmann, 2019). De acordo com Asay et al. (2017), o aumento de dados pode, em situações específicas, prejudicar a legibilidade do texto e gerar um efeito adverso às partes envolvidas, estimulando-as a utilizar outras fontes de informação com as quais tenham familiaridade.

Boritz et al. (2016) verificaram que, diferentemente do observado em estudos como o de Dyer et al. (2017), o aumento do tamanho do relatório não necessariamente reduz sua legibilidade, já que os usuários tendem a estar habituados com a linguagem utilizada nesses informes. Por sua vez, Lo et al. (2017) observaram que o nível de legibilidade dos relatórios está associado à manipulação das informações contábeis, pois empresas com resultados modificados tendem a apresentar relatórios mais complexos para ofuscar o gerenciamento de resultados. Entretanto, tais evidências ainda são divergentes.

Diante da mudança no RAI e da necessidade de se compreenderem suas implicações empíricas, a literatura anterior tem buscado: (i) identificar os PAAs reportados e sua associação com características das empresas (Abdullatif & Al-Rahahleh, 2020; Ferreira & Morais, 2020; Kend & Nguyen, 2020); (ii) analisar os efeitos da adoção sobre os honorários, o risco de litígio e a qualidade de auditoria (Gold et al., 2020; Kitwong & Sarapaivanich, 2020); (iii) analisar o efeito dos PAAs sobre a tomada de decisão de investidores e demais usuários (Coram & Wang,

2020; Moroney et al., 2020; Sirois et al., 2018; Vinson et al., 2018); (iv) verificar a associação entre os PAAs e o valor de mercado das empresas (Alves & Galdi, 2020); (v) analisar o efeito da adoção da NBC TA 701 sobre a qualidade das informações financeiras reportadas (In et al., 2020; Reid et al., 2019; Santos et al., 2020); e (vi) analisar o efeito da adoção da NBC TA 701 sobre a legibilidade dos RAIs (Pinto et al., 2020; Velte, 2018, 2019).

Contudo, os trabalhos citados permanecem inconclusivos quanto ao custo/benefício da divulgação dos PAAs, em específico quanto a verificar se o aumento dos dados contidos no RAI resultou em melhoria da sua legibilidade, sobretudo em países emergentes, nos quais o ambiente institucional pode fragilizar os benefícios esperados em uma alteração normativa (Gold & Heilmann, 2019). Diante desse contexto, o presente estudo buscou responder o seguinte problema: qual o efeito da adoção da NBC TA 701 sobre o nível de legibilidade dos relatórios de auditoria das empresas brasileiras listadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3)?

Para tanto, analisou-se a hipótese de que a adoção da NBC TA 701 afetou a legibilidade do RAI. Adicionalmente, verificou-se se os tipos de PAAs afetam de maneira distinta o índice de legibilidade de Flesch (ILF). O trabalho descritivo, documental e com abordagem quantitativa analisou dados do período de 2013 a 2018 (os três anos anteriores e posteriores à vigência da NBC TA 701) das 240 empresas com maior liquidez na bolsa de valores brasileira, por meio das técnicas de análise de conteúdo, estatística descritiva, testes de diferenças entre as médias e análises de correlação e de regressão com dados em painel.

O estudo se diferencia de investigações anteriores porque se dedica a analisar dados de empresas brasileiras listadas, preenchendo uma lacuna na literatura empírica de auditoria; complementa, ainda, as evidências observadas em outros mercados (Pinto et al., 2020; Velte, 2018, 2019) e verifica se os tipos de PAAs reportados influenciam de maneira diferente a legibilidade do RAI, como levantado nos estudos de Kitwong e Sarapaivanich (2020), Santos et al. (2020) e Sirois et al. (2018). Tal análise é importante, pois, como observam Hermelo & Vassolo (2012) e Torre e Schmukler (2007), o mercado de capitais brasileiro apresenta um ambiente com menor proteção do investidor e maior concentração do controle, entre outras características que o diferencia dos mercados americano e europeu. Logo, a análise do impacto de normas que buscam reduzir a assimetria informacional contribui para que seja possível verificar a efetividade do esforço para melhoria desse ambiente. Para a análise da legibilidade, utilizou-se o ILF, considerado adequado para

a aplicação de textos em língua portuguesa, o que não ocorre com o Gunning *fog index*, utilizado na literatura sobre a legibilidade (Martins & Filgueiras, 2007).

Por se tratar de tema recente e dada a importância do RAI para os usuários das informações contábeis, a análise do efeito da adoção da NBC TA 701 e dos tipos de PAAs sobre a legibilidade possibilita verificar a efetividade dessa norma na melhoria do conteúdo informacional de tais relatórios. Os resultados têm potencial de contribuição para os pesquisadores, que terão informações sobre especificidades nas relações observadas entre a adoção da NBC TA 701, os tipos de PAAs e a legibilidade do RAI. Esses também contribuem para os gestores, contadores e auditores, pois a legibilidade é relevante no processo de análise e tomada de decisão. Por fim, colaboram ainda com os reguladores, possibilitando *insights* sobre a necessidade de monitoramento da aplicação da norma em debate.

Essa investigação contribui para verificar se a divulgação dos PAAs resultou em maior compreensibilidade do RAI, mensurada a partir do ILF. O argumento central

é de que, além de reduzir a assimetria informacional, a divulgação de PAAs aumentaria a credibilidade e a relevância da auditoria (Coram & Wang, 2020; Moroney et al., 2020). Entretanto, a divulgação de dados que reduzem a legibilidade do RAI pode prejudicar o processo decisório, bem como sustenta os questionamentos sobre o risco de efeitos adversos ou inesperados pelo regulador em relação a esses processos no segmento de auditoria (Abdullatif & Al-Rahahleh, 2020; Segal, 2019).

O trabalho está dividido em cinco tópicos, incluindo esta introdução. A revisão da literatura resgata pesquisas contemporâneas sobre legibilidade, discorre sobre a importância dos PAAs e encerra com as evidências anteriores e hipóteses analisadas. A seção dos procedimentos metodológicos descreve a coleta, as técnicas de dados, as escolhas e os parâmetros de decisão utilizados. A seção da análise de dados e resultados apresenta e discute as evidências encontradas. Por fim, as considerações finais destacam as principais contribuições e sugerem questões para pesquisas futuras.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Por Que Divulgar um PAA?

O RAI consiste em um instrumento de redução da assimetria entre gestores e acionistas, que sintetiza a opinião do auditor sobre a veracidade e a adequação das informações divulgadas. Abdullatif e Al-Rahahleh (2020) e Segal (2019) observaram que, nos últimos anos, os reguladores buscaram alterar sua estrutura com objetivo de torná-lo mais informativo.

No Brasil, essa responsabilidade é atribuída ao CFC, que alterou diversas NBC TA, entre essas a NBC TA 701, que trata dos PAAs e que estabeleceu ao auditor a responsabilidade de reportá-los em seu relatório sobre as demonstrações contábeis (Alves & Galdi, 2020; Santos et al., 2020). Nesse sentido, eventos e situações que demandarem maior atenção por parte do auditor, e que sejam potencialmente úteis para o usuário, devem ser divulgados a fim de melhorar a avaliação quanto à confiabilidade das demonstrações financeiras e aos riscos associados ao desempenho dessas empresas (Ferreira & Morais, 2020).

Com essa alteração, os PAAs ganharam destaque no RAI, uma vez que os pontos críticos identificados pelo trabalho de auditoria das demonstrações financeiras devem ser reportados. Para Coram e Wang (2020), apesar de ser um passo relevante, persiste a preocupação quanto à efetividade da sua aplicação. Abdullatif e Al-Rahahleh (2020) e Segal (2019) destacaram que, apesar da obrigação do registro dos PAAs, tal divulgação dependerá do julgamento do profissional quanto à relevância ou não para os usuários externos.

Brasel et al. (2016) observaram que a divulgação dos PAAs pode aumentar o risco de litígio em circunstâncias nas quais os auditores omitam ou divulguem de maneira incompleta um PAA que posteriormente esteja associado à fraude ou a erro material. Sirois et al. (2018) complementaram que os PAAs têm potencial para aumentar o conteúdo informacional do RAI, no entanto, existe a preocupação de que alguns usuários possam, inapropriadamente, usá-los como substitutos da leitura integral dos demonstrativos financeiros (Segal, 2019).

2.2 Quanto Mais se Divulga, Mais se Informa? O Problema da Legibilidade

O problema da legibilidade tem sido pesquisado no campo da contabilidade e auditoria. Estudos recentes têm consolidado as evidências sobre suas determinantes (Seifzadeh et al., 2020), bem como observado suas implicações sobre a qualidade da auditoria (Salehi et al., 2020), a qualidade do lucro (Luo et al., 2018), o custo do capital (Bonsall & Miller, 2017) e a adoção da International Financial Reporting Standards (IFRS) (Cheung & Lau, 2016).

Dentre os fatores que influenciam o nível de legibilidade das demonstrações financeiras, Seifzadeh et al. (2020) destacaram que as firmas com maiores tamanho, potencial de crescimento e desempenho e que atuam em setores mais complexos tendem a apresentar menor nível de legibilidade em seus relatórios, pois, por um lado, o tamanho e a complexidade exigem maior necessidade de

detalhamento ou utilização de termos técnicos. Por outro lado, melhores desempenho e potencial de crescimento tornam-se atrativos naturais para os investidores, o que desestimularia os gestores a elaborarem um relatório mais legível. Outros fatores, como a ocorrência de republicações e o tamanho do relatório, reduzem o nível de legibilidade. Já o tipo de auditor (Big 4) e a inexistência de deficiências de controles internos, por sua vez, são fatores associados à maior legibilidade desses relatórios.

Nessa discussão, a análise da associação entre a legibilidade das demonstrações financeiras e aspectos relacionados à auditoria é inerente. Para Blanco et al. (2020), sendo os auditores responsáveis por assegurar a fidedignidade dos relatórios financeiros, a legibilidade será uma característica esperada. Blanco et al. (2020) e Salehi et al. (2020) constataram a associação entre menor legibilidade e maior honorário de auditoria e maior *audit delay* e maior probabilidade do RAI expressar uma opinião modificada. Esse fenômeno demonstra que a baixa legibilidade dos relatórios pode gerar custos de agência adicionais e, por conseguinte, maior custo do capital, pois os provedores de capital e os auditores buscam mitigar seus riscos e, nesse caso, o prêmio pelo risco tende a aumentar.

Desse modo, Bonsall e Miller (2017) reforçam que relatórios financeiros menos legíveis tendem a reduzir a classificação de *ratings* que, por seu turno, resultam em aumento do custo de capital pelos respectivos provedores (de capital). Essa relação pode reforçar o papel da dívida como mecanismo de controle por meio de cláusulas contratuais. Em contrapartida, os autores supracitados evidenciaram que uma maior legibilidade pode funcionar como redutora da percepção de risco, melhorando a probabilidade de captação de recursos.

Cheung e Lau (2016) e Jang e Rho (2016) buscaram verificar se a legibilidade dos relatórios financeiros foi alterada com a adoção das normas internacionais IFRS. Os resultados demonstraram que a adoção de normas contábeis homogêneas não resulta necessariamente em implicações similares, pois fatores culturais, sociais e institucionais influenciam essa relação. Enquanto no contexto australiano Cheung e Lau (2016) observaram uma melhoria no nível de legibilidade dos relatórios, Jang e Rho (2016) demonstraram que, comparado ao padrão normativo coreano, a adoção da IFRS não resultou em maior legibilidade; contudo, moderou a relação entre fatores como idade da firma e estrutura de propriedade, reforçando uma melhoria no nível de legibilidade.

2.3 Evidências Anteriores e Desenvolvimento das Hipóteses

A literatura empírica sobre a adoção da NBC TA 701 tem buscado compreender como a divulgação dos PAAs afeta os diversos agentes econômicos (Gold & Heilmann,

2019). Contudo, de acordo com Abdullatif e Al-Rahahleh (2020) e Segal (2019), os auditores perceberam que a adoção dessa norma pode aumentar o risco de litígio, bem como os PAAs podem não receber a devida atenção pelos usuários. Essa hipótese foi analisada em estudos experimentais que buscaram avaliar o risco de litígio para os auditores (Vinson et al., 2018), assim como o conteúdo informacional dos PAAs para o processo decisório (Köhler et al., 2020).

No que se refere ao risco de litígio, as evidências são contraditórias (Gold & Heilmann, 2019). Vinson et al. (2018) observaram que o aumento do risco de litígio para o auditor depende de percepção de intencionalidade. Nesse contexto, quando o auditor omite um PAA já reportado e posteriormente ocorre um problema associado a esse, ele tenderá a sofrer uma pena mais severa; porém, se o problema estiver relacionado a um PAA reportado sistematicamente, o auditor tende a não ser penalizado. Contudo, os resultados de Gimbar et al. (2016) indicaram que, em países com normas de contabilidade baseadas em regras, o risco de litígio para o auditor tende a aumentar após a adoção da NBC TA 701.

Esse pseudoparadoxo ocorre na análise da informatividade dos PAAs no processo decisório. Em termos gerais, as evidências reforçam que os PAAs influenciam a tomada de decisão dos diversos usuários (Gold et al., 2020; Köhler et al., 2020; Sirois et al., 2018). Nesse contexto, Sirois et al. (2018) ressaltam que um volume excessivo de PAAs pode desviar a atenção dos usuários, o que seria um efeito inesperado da norma.

Em outra perspectiva, estudos como os de Alves e Galdi (2020), In et al. (2020), Reid et al. (2019) e Santos et al. (2020) buscaram analisar as implicações empíricas dos PAAs para o mercado de capitais. Alves e Galdi (2020) observaram que existe uma associação positiva entre a adoção da NBC TA 701 e o comportamento dos preços das ações. Por sua vez, In et al. (2020), Reid et al. (2019) e Santos et al. (2020) apresentaram evidências iniciais de que a adoção da norma funcionou como desestímulo a práticas de gerenciamento de resultados.

Nessa linha de raciocínio, a expectativa de melhoria da tomada de decisão, da relevância dos números contábeis, da qualidade dos lucros e da maior responsabilização dos auditores (Abdullatif & Al-Rahahleh, 2020; Segal, 2019) também ocorreu quanto à melhoria do nível de legibilidade do RAI. De acordo com Pinto et al. (2020) e Velte (2018, 2019), a adoção da NBC TA 701 está ancorada na expectativa de melhoria do conteúdo informacional do RAI. Para tanto, é preciso que o texto seja legível aos diversos usuários, pois o aumento do conteúdo textual, isoladamente, pode confundir (em vez de melhorar) os usuários e desviá-los da atenção a dados relevantes das demonstrações financeiras (Sirois et al., 2018).

As evidências trazidas por Pinto et al. (2020) e Velte (2018, 2019) sinalizaram que a melhoria da legibilidade dos

RAIs, a partir da divulgação dos PAAs, variou conforme o nível de precisão das normas de contabilidade; contudo, em qualquer ambiente, a hipótese levantada é de que a adoção da NBC TA 701 melhora o nível de legibilidade do RAI. Logo, buscou-se analisar a seguinte hipótese (H₁):

H₁: a adoção da NBC TA afetou positivamente a legibilidade do RAI.

Adicionalmente, Kitiwong e Sarapaivanich (2020) observaram que os tipos de PAAs têm associações diferentes com a qualidade de auditoria. Santos et al. (2020), por sua

vez, levantaram a hipótese de que os tipos de PAAs podem ter efeitos diferenciados sobre as *proxies* de gerenciamento de resultados, já que cada assunto está associado a uma conta que pode ser mais ou menos suscetível a essa prática. Considerando que os assuntos reportados têm conteúdos e níveis diferenciados de complexidade, a depender do item, e esses podem afetar de maneira diferente a legibilidade, buscou-se verificar a seguinte hipótese (H₂):

H₂: os tipos de PAAs afetam de formas diferentes a legibilidade do RAI.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Amostra e Coleta de Dados

O estudo, classificado como descritivo, documental, com abordagem quantitativa, analisou dados de 240 empresas listadas na B3. A amostra foi constituída de empresas mais líquidas em função da sua importância para o mercado brasileiro de capitais, pois os preços de seus ativos tendem a ter comportamento mais próximo do conceito de eficiência de mercado (semiforte). Além disso, a utilização de empresas com baixa liquidez poderia enviesar o efeito de uma das variáveis de controle que captura o retorno das ações da empresa.

Os relatórios de auditoria foram coletados no *website* da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ao passo que os dados referentes às informações econômicas e financeiras das empresas participantes da amostra foram obtidos no *website* da base de dados Comdinheiro. Esses relatórios foram baixados em formato PDF (Acrobat Reader), convertidos para extensão DOC (Microsoft Word) e

analisados a partir da análise de conteúdo. A codificação dos PAAs foi realizada com o auxílio de um livro de codificação.

O período analisado compreendeu os anos de 2013 a 2018, os três anteriores e posteriores à vigência da NBC TA 701. Utilizaram-se, para a análise, a estatística descritiva, os testes de diferenças entre as médias e as análises de correlação e de regressão com dados em painel. Todas as variáveis quantitativas foram winsorizadas entre 1 e 99%. Os procedimentos estatísticos relacionados aos pressupostos econométricos e adequação dos painéis foram realizados a partir de Baltagi (2005) e Wooldridge (2016) e as estatísticas principais foram reportadas nos rodapés das tabelas.

3.2 Modelos e Variáveis

Para analisar as hipóteses de pesquisa, foram utilizados os modelos 1, 2 e 3, adaptados a partir dos estudos de Boritz et al. (2016), Lo et al. (2017), Pinto et al. (2020) e Velte (2018, 2019).

$$ILF_{it} = \alpha + \beta_1 ComprT_{it} + \beta_2 AdocaoNBCTA701_{it} + \beta_3 Idade_{it} + \beta_4 Ri_{it} + \beta_5 ROE_{it} + \beta_6 NivEnd_{it} + \beta_7 Tam_{it} + \beta_8 HonAud_{it} + D_2 Repub_{it} + D_3 OpinMod_{it} + \sum_{i=1}^4 D_n(Big4) + \sum_{i=1}^5 D_n(Ano) + \varepsilon_{it} \quad 1$$

$$ILF_{it} = \alpha + \beta_1 ComprT_{it} + \beta_2 EfeitoNBCTA701_{it} + \beta_3 Idade_{it} + \beta_4 Ri_{it} + \beta_5 ROE_{it} + \beta_6 NivEnd_{it} + \beta_7 Tam_{it} + \beta_8 HonAud_{it} + D_2 Repub_{it} + D_3 OpinMod_{it} + \sum_{i=1}^4 D_n(Big4) + \sum_{i=1}^5 D_n(Ano) + \varepsilon_{it} \quad 2$$

$$ILF_{it} = \alpha + \beta_1 QtdePAA + \beta_2 QtdePAA_{it}^2 + \beta_3 Idade_{it} + \beta_4 Ri_{it} + \beta_5 ROE_{it} + \beta_6 NivEnd_{it} + \beta_7 Tam_{it} + \beta_8 HonAud_{it} + D_2 Repub_{it} + D_3 OpinMod_{it} + \sum_{i=1}^4 D_n(Big4) + \sum_{i=1}^5 D_n(Ano) + \varepsilon_{it} \quad 3$$

3.2.1 Variável dependente – Nível de legibilidade

A variável dependente em ambos os modelos foi o ILF, que considera o tamanho e a complexidade do texto

(Pinto et al., 2020; Velte, 2018) e que tem sido utilizado na literatura contábil (Dyer et al., 2017). Desenvolvido inicialmente para aplicação em textos da língua inglesa,

Martins e Filgueiras (2007) observaram que esse índice podia também ser facilmente aplicado à língua portuguesa.

O ILF classifica o texto em uma escala que varia de 0 a 100 pontos e seu resultado define o nível de dificuldade de leitura. De acordo com essa métrica, quanto maior for o índice, mais legível e compreensível será o texto. O ILF foi obtido por meio do *software* Microsoft Word, versão 2010, no idioma português (Brasil). A classificação do RAI foi realizada a partir de uma escala que varia de 0 a 100, conforme a Tabela 1.

Tabela 1

Escalas do índice de legibilidade de Flesch (ILF)

Escala	Classificação	Nível
0-30	Muito difícil	1
30-50	Difícil	2
50-60	Razoavelmente difícil	3
60-70	Linguagem simples	4
70-80	Razoavelmente fácil	5
80-90	Fácil	6
90-100	Muito fácil	7

Fonte: Martins e Filgueiras (2007) e Velte (2018, 2019).

Além do ILF, foram utilizadas, como testes complementares (robustez e sensibilidade), outras duas métricas de legibilidade: o comprimento do texto (ComprT) e o tamanho do arquivo (TArq). De acordo com Li (2006), textos com maior número de palavras exigem maior custo de processamento, logo, tendem a apresentar maior complexidade.

3.2.2 Variáveis independentes

3.2.2.1 Operacionalização do efeito da NBC TA 701

Dadas as hipóteses analisadas, foram operacionalizadas três variáveis para capturar o efeito da adoção da NBC

TA 701 sobre a legibilidade do RAI. A primeira consistiu em uma variável *dummy* para o ano de adoção inicial da NBC TA 701. Essa variável (NBCTA701_{it}) assumiu valor 1 para o ano de 2016 e 0 para os demais. A segunda buscou capturar o efeito da adoção da NBC TA 701 (EFEITONBCTA701_{it}) por meio de uma variável *dummy* que assumiu valor 0 para o período anterior à norma (2013-2015) e 1 para o período posterior à sua adoção (2016-2018). Por fim, operacionalizou-se a variável quantidade de PAAs (QtdePAA_{it}), conforme Santos et al. (2020) e Velte (2018, 2019), como *proxy* do efeito normativo já que, para os anos de 2013 a 2015, assumiu valor 0, enquanto, para os demais, recebeu o total de PAAs reportados em cada firma-ano. Destaca-se que, após vários testes de avaliação de forma funcional, a variável QtdePAA_{it} apresentou a forma funcional quadrática como a mais apropriada para a explicação da legibilidade. Coerente com o proposto por Wooldridge (2016), foram inseridas no modelo a variável original e a sua forma quadrática, que consistiu na potência de dois da quantidade de PAAs em cada firma-ano. Assim como o efeito normativo, espera-se que o efeito da quantidade de PAAs seja positivo e significativo.

Convergente com a expectativa dos reguladores e as evidências anteriores (Pinto et al., 2020; Velte, 2018, 2019), espera-se que os coeficientes de NBCTA701_{it}, EfeitoNBCTA701_{it} e QtdePAA_{it} tenham sinal positivo e significativo, reforçando H₁.

3.2.2.2 Operacionalização dos tipos de PAAs

Os tipos de PAAs foram operacionalizadas como *dummies* individuais para cada tipo de PAAs. Foram categorizados conforme sua natureza e resultaram em 38 categorias, dentre as quais cinco (RVR, PROV, RAPR, INSTRF e IMPDIFA) representaram 69% do total de PAAs divulgados em cada ano (Figura 1).

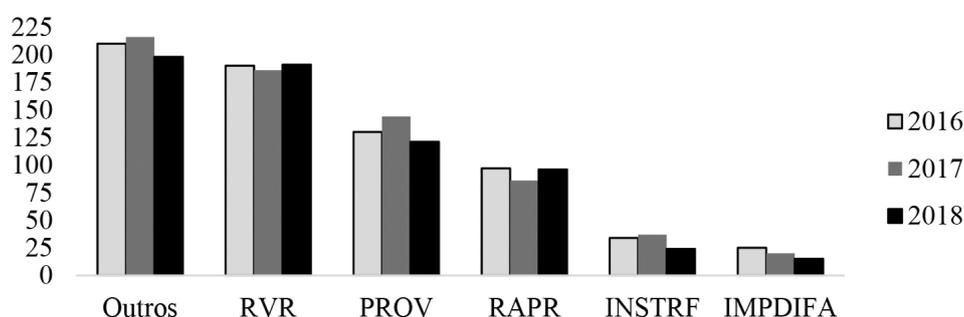


Figura 1 Distribuição de frequência das cinco categorias dos principais assuntos de auditoria (PAAs) mais reportados no período de 2016 a 2018

INSTRF = instrumentos financeiros; Outros = outros principais assuntos de auditoria; PROV = provisões e contingências; RAPR = reconhecimento de ativos/passivos regulatórios; RVR = redução ao valor recuperável.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Verificou-se que, em média, foram reportados 673 PAAs por ano. Além disso, a média de PAAs reportado por firma/ano foi de 2.88, 2.90 e 2.71 em 2016, 2017 e 2018, respectivamente. O teste de Dunn evidenciou que, na comparação entre os anos iniciais de adoção, não foram verificadas diferenças estatisticamente significativas. Essa homogeneidade pode decorrer da taxa de repetição observada, que foi de 56,96% em 2017, enquanto em 2018 foi de 60,96%. Kend e Nguyen (2020), analisando dados de empresas australianas nos anos de 2017 e 2018, observaram que 70% dos PAAs foram reportados nesse período.

3.2.2.2.1 Variáveis de controle

Coerente com a literatura anterior (Alves & Galdi, 2020; Ferreira & Morais, 2020; Pinto et al., 2020; Santos et al., 2020; Velte, 2018, 2019), buscou-se controlar o efeito de características das firmas analisadas. Conforme destacado por Pinto et al. (2020), o comprimento do texto ($ComprT_{it}$), mensurado pelo logaritmo do total de palavras do RAI, busca controlar o efeito da inserção de palavras no relatório. Espera-se um efeito positivo sobre o nível de legibilidade, pois, no limite, tal inserção tende a trazer mais informações aos usuários.

Conforme Pinto et al. (2020) e Velte (2018, 2019), os gestores e auditores têm incentivos relacionados aos diversos provedores de capitais para se engajarem com uma maior legibilidade. Por esse motivo, buscou-se controlar o efeito do retorno das ações (Ri_{it}), do retorno sobre o patrimônio líquido (ROE_{it}) e do nível de endividamento ($NivEnd_{it}$). O Ri_{it} foi operacionalizado a partir do logaritmo natural do preço da ação em t dividido pelo preço em $t-1$. Já o ROE foi calculado pela divisão entre o lucro líquido (LL) e o patrimônio líquido (PL). Em ambos os casos, espera-se que, em firmas com melhores retornos (ROE e Ri), os gestores se engajem menos para reportar relatórios mais legíveis (Boritz et al., 2016; Pinto et al., 2020; Velte, 2018).

Com relação aos incentivos relacionados ao nível de endividamento, é possível hipotetizar que os gestores tenham incentivos para aumentar ou reduzir a legibilidade (Souza et al., 2019). Contudo, sabe-se que o nível de endividamento é uma *proxy* de risco de continuidade; logo, os auditores envidarão esforços para buscar mitigar problemas associados. Portanto, espera-se que o nível de

endividamento tenha efeito positivo sobre a legibilidade (Pinto et al., 2020; Velte, 2018, 2019).

Nesse íterim, buscou-se, ainda, controlar o tamanho das firmas, inserindo-se as variáveis tamanho (Tam_{it}), operacionalizada a partir do logaritmo natural dos ativos totais, e a idade ($Idade_{it}$) da firma, operacionalizada a partir do logaritmo dos anos de registro da firma na CVM, coerente com estudos anteriores (Pinto et al., 2020; Velte, 2018, 2019). Espera-se menor legibilidade dos relatórios em decorrência do tamanho das firmas, argumentando que isso decorre da complexidade das operações, que aumenta à medida que a empresa “amadurece” e cresce (Pinto et al., 2020; Boritz et al., 2016). Contudo, enquanto se espera que empresas maiores tenham relatórios menos legíveis, aquelas com maior idade tendem a envidar maiores esforços para divulgar relatórios mais compreensíveis.

Por fim, em linha com o realizado por Pinto et al. (2020) e Velte (2018, 2019), buscou-se controlar fatores relacionados ao auditor ($HonAud_{it}$) e à empresa de auditoria (DTT_{it} , EY_{it} , $KPMG_{it}$ e PWC_{it}), assim como à demonstração financeira e ao RAI ($OpinMod_{it}$ e $Repub_{it}$). Os honorários de auditoria foram operacionalizados a partir do seu logaritmo natural em cada firma-ano e coerentes com a perspectiva de Segal (2019). Com isso, buscou-se capturar o maior risco de auditoria e complexidade do trabalho – cenário do qual se espera uma associação negativa entre honorários de auditoria e o ILE, conforme já observado por Boritz et al. (2016). Seguindo a mesma lógica, controlou-se o efeito das empresas de auditoria Big 4 (DTT_{it} , EY_{it} , $KPMG_{it}$ e PWC_{it}) as quais, em geral, são contratadas por empresas maiores e mais complexas. Logo, essas empresas tenderão a apresentar relatórios com menor nível de legibilidade, em decorrência do risco e da complexidade do trabalho.

Buscou-se, também, controlar o tipo de opinião ($OpinMod_{it}$) do auditor e o fato de a demonstração financeira ter sido rerepresentada ($Repub_{it}$), de acordo com Santos et al. (2020). Enquanto o tipo de opinião controla o conteúdo específico do RAI, o que pode afetar sua legibilidade, a rerepresentação, por seu turno, controla a característica de qualidade das demonstrações financeiras. Em ambos os casos, espera-se que seus coeficientes tenham associações positivas e estatisticamente significativas com o ILE.

4. ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS

4.1 Estatística Descritiva das Variáveis

Inicialmente, analisaram-se a estrutura textual, o nível de legibilidade dos RAIs e as estatísticas descritivas das variáveis dos modelos (Tabela 2). Observa-se que, no período anterior

à adoção da NBC TA 701, os arquivos tinham uma estrutura textual menor, com média de 928 palavras e 47 parágrafos por RAI. Após a adoção, os relatórios apresentaram média de 2.576 palavras e 77,50 parágrafos. Essas diferenças foram estatisticamente significativas, reforçando que, na maior

parte dos casos, após a adoção da NBC TA 701, o RAI aumentou sua estrutura textual. Essa estrutura se assemelha, em parte, com evidências observadas no mercado europeu (Ferreira & Morais, 2020; Velte, 2018).

Tabela 2

Estadística descritiva das variáveis (quantitativas e qualitativas) utilizadas nos modelos

Variáveis	Antes da adoção NBC TA 701 (n = 686)			Após a adoção NBC TA 701 (n = 716)			Dif μ
	μ	σ	CV	μ	σ	CV	
Painel A – Estrutura textual do RAI							
Kbytes	170,80	63,68	0,37	106,33	9,04	0,09	- 64,47***
Palavras	928,19	475,96	0,51	2.576,19	579,71	0,23	1.648,00***
Caracteres	5.537,02	2.411,85	0,44	15.931,75	3.589,71	0,23	10.394,73***
Parágrafos	47,31	12,38	0,26	77,50	104,19	1,34	30,19***
Frases	67,54	232,53	3,44	122,65	459,15	3,74	55,11***
Frases/parágrafo	1,16	0,10	0,09	1,46	0,19	0,13	0,30***
Palavras/frases	16,61	5,82	0,35	24,49	2,81	0,11	7,88***
Caracteres/parágrafos	6,11	0,15	0,02	6,19	0,11	0,02	0,08***
Painel B – Variáveis explicadas (métricas de legibilidade)							
ILF _{it}	3,20	0,17	0,05	2,62	0,25	0,09	-0,58***
ComprT _{it}	6,77	0,32	0,05	7,83	0,25	0,03	1,06***
TArqT _{it}	4,86	1,06	0,22	4,66	0,10	0,02	-0,20***
Painel C – Variáveis explicativas (quantitativas) utilizadas nos modelos							
QtdePAAs _{it}	0,00	0,00	0,00	2,83	1,45	0,51	2,83***
QtdePAAs _{it} ²	0,00	0,00	0,00	10,11	9,45	0,93	10,11***
HonAud _{it}	13,14	1,39	0,11	13,24	1,45	0,11	0,10*
Ri _{it}	-0,16	0,65	-4,04	0,24	0,74	3,06	0,40***
ROE _{it}	0,09	4,11	46,47	0,06	1,18	19,98	-0,03
Tam _{it}	21,59	1,88	0,09	21,66	1,98	0,09	0,06
Idade _{it}	2,83	0,90	0,32	2,89	0,93	0,32	0,07*
NivEnd _{it}	1,01	3,81	3,79	1,10	3,26	2,96	0,10*
Painel D – Variáveis explicativas (qualitativas) utilizadas nos modelos							
	Proporção	Erro padrão	IC95%	Proporção	Erro padrão	IC95%	
AdocaoNBCTA701	0,00	0,00	0,00-0,00	0,17	0,10	0,15-0,18	0,17***
EfeitoNBCTA701	0,49	0,01	0,46-0,51	0,51	0,13	0,48-0,53	0,02***
Repub	0,29	0,02	0,02-0,26	0,24	0,02	0,21-0,29	-0,05***
OpinMod	0,07	0,01	0,01-0,05	0,07	0,01	0,06-0,10	-0,00
DTT	0,17	0,01	0,01-0,14	0,12	0,01	0,10-0,15	-0,05***
EY	0,18	0,01	0,01-0,16	0,17	0,01	0,15-0,20	-0,01
KPMG	0,18	0,01	0,01-0,16	0,25	0,02	0,22-0,28	0,07***
PWC	0,21	0,02	0,02-0,18	0,14	0,01	0,12-0,17	-0,07***

Nota: Utilizaram-se testes de diferenças entre as médias (teste t) e proporções das variáveis.

DTT_{it}, EY_{it}, KPMG_{it} e PWC_{it} = variáveis dummies que assumem valor 1 para cada uma das firmas Big 4 e 0 para as demais; Caracteres = total de caracteres do relatório de auditoria independente (RAI); ComprT = logaritmo natural do total de palavras; CV = coeficiente de variação; Frases/parágrafo = total de frases/parágrafo do RAI; Frases = total de frases do RAI; HonAudit = logaritmo natural do total pago aos auditores em cada firma-ano; IC95% = índice de confiabilidade de 95%; Idade = logaritmo natural do total de anos de registro na Comissão de Valores Mobiliários; ILF = índice de legibilidade de Flesch; Kbytes = Tamanho do arquivo do RAI em bytes; NBC TA 701 = Norma Brasileira de Contabilidade – Técnica Auditoria 701; NivEnd = nível de endividamento calculado a partir do total de passivos dividido pelo ativo total; OpinMod = variável dummy que assume valor 1 quando houve opinião modificada (com ressalva, adversa ou abstenção de opinião) no RAI e 0 quando não; Palavras/frase = total de palavras/frases do RAI; Palavras = total de palavras do RAI; Parágrafos = total de parágrafos do RAI; QtdePAAs = total de principais assuntos de auditoria (PAAs) reportados em cada firma-ano; QtdePAAs² = total de PAAs reportados em cada firma-ano elevado ao quadrado; Repub = variável dummy que assume valor 1 quando houve reapresentação da demonstração financeira e 0 quando não; Ri = retorno da ação calculado a partir do logaritmo natural do Preço_{it}/Preço_{t-1} em cada firma ano; ROE = retorno sobre o patrimônio líquido (PL) calculado a partir do lucro líquido dividido pelo PL; t = teste t; Tam = tamanho da firma obtido a partir do logaritmo natural do total de ativos; TArq = logaritmo natural do tamanho do arquivo; w = teste Wilcoxon-Mann-Whitney.

* = $p < 0,10$; ** = $p < 0,05$; *** = $p < 0,01$.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Destaca-se que o TARq, uma das *proxies* analisadas, apresentou certa incongruência, pois houve redução na média do tamanho do arquivo. Contudo, esse paradoxo decorre da mudança na tecnologia de compilação dos dados, que resultou em maior capacidade de armazenamento dos arquivos, o que prejudica a análise e reforça a fragilidade dessa métrica, já observada anteriormente. Em outra perspectiva, verificou-se que, em geral, os respectivos indicadores apresentaram menor homogeneidade após a adoção da NBC TA 701. Verificou-se, em análises suplementares, que, na comparação entre os anos após adoção, as respectivas métricas não apresentaram diferenças significativas.

Visando obter evidências iniciais de que a NBC TA afetou o nível de legibilidade do RAI, observou-se que o ILF e o ComprT aumentaram a partir da adoção da NBC TA 701 e a diferença entre os períodos foi estatisticamente significativa ($p < 0.001$). Em termos médios, a interpretação, *a priori*, indica que os RAI se tornaram mais complexos e menos legíveis, o que converge com o proposto por Li (2006), que afirma que relatórios com maior número de palavras tendem a ser mais complexos. No entanto, o autor ressalta que uma coisa não é sinônimo de outra. Utilizar o comprimento do texto (ComprT) tem a vantagem da facilidade de cálculo e a desvantagem de não estar diretamente relacionado à complexidade do texto, pois, na intenção de proporcionar um texto mais claro, quem o escreve pode utilizar mais palavras, aumentando, assim, o tamanho do arquivo.

Quando analisado o ILF, verificou-se que esse teve média de 14, sendo então os relatórios classificados como “muito difíceis”, com coeficiente de variação (CV) abaixo de 0,30, sugerindo homogeneidade, e amplitude de 52, que indica que o menor valor foi 0 e o maior 52 – todos classificados como muito difíceis (0-30) e difíceis (31-50). Esses fatores permitem inferir que os relatórios de auditoria têm elevado grau de dificuldade de leitura. Pinto et al. (2020) e Velte (2019) também verificaram que, em média, os RAIs são classificados entre difíceis e muito difíceis, contudo, os relatórios reportados no contexto europeu apresentaram ILF médio de 27, na categoria muito difícil.

Os resultados apontam que o nível de legibilidade dos relatórios de auditoria é baixo e converge com o observado por Pinto et al. (2020) e Velte (2019), sugerindo a necessidade de especialização do leitor – o que pode implicar em ineficiência no alcance dos objetivos da norma e fazer com que os usuários busquem outras fontes de informação, conforme destacam Asay et al. (2017). Além disso, a divulgação de conteúdo que prejudica a legibilidade pode resultar no desvio de atenção a outros dados relevantes para a decisão, que só poderiam ser obtidos com a leitura integral das demonstrações contábeis (Sirois et al., 2018).

Quando analisadas as demais variáveis e considerando o objetivo deste estudo, observam-se diferenças

significativas nas médias e proporções antes e depois da adoção da NBC TA 701 para a maioria das variáveis explicativas (quantitativas e qualitativas), exceto para ROE_{it} , Tam_{it} , $OpinMod_{it}$ e EY_{it} , evidenciando que, nesses casos, as médias e proporções foram as mesmas. Em geral, a adoção da NBC TA 701 afetou significativamente na média das respectivas variáveis.

4.2 Analisando a Associação entre os PAAs e as *Proxies* de Legibilidade

Posteriormente, buscou-se compreender as associações (univariadas) entre os tipos e quantidades de PAAs e as *proxies* de legibilidade. Em termos gerais, de acordo com Evans (1996), as correlações entre os tipos de PAAs reportados pelas empresas e as *proxies* de legibilidade foram abaixo de 0,80, sugerindo, portanto, correlações fracas. A correlação mais forte observada (0,799^{***}) foi entre ComprT e QtdePAAs, o que evidencia que a adoção dos PAAs está associada a um maior tamanho do texto. Por sua vez, a correlação entre a QtdePAAs e o ILF foi de -0,652^{***}, demonstrando que os PAAs possam diminuir o nível de legibilidade do RAI. Verificou-se, também, que o ILF apresentou correlação negativa e significativa com o ComprT, reforçando a menor legibilidade a partir da NBC TA 701.

Observou-se, ainda, que os PAAs apresentaram correlações diferentes e significativas, o que seriam indícios iniciais acerca da H_2 . Destaca-se que a redução ao valor recuperável (RVR) e as provisões e contingências (PROV) apresentaram correlações positivas e significativas (0,656^{***} e 0,634^{***}, respectivamente) com a QtdePAA e negativas e significativas (-0,489^{***} e -0,404^{***}) com o ILF. Nesse âmbito, correlações similares foram observadas para outros PAAs, porém, em menor magnitude.

Destaca-se, nesse íterim, que o tamanho do arquivo (TARq) apresentou correlações fracas e não significativas na maioria dos casos, porém, como já mencionado, tais evidências podem decorrer da mudança na tecnologia de compilação, que explicaria o menor tamanho consumido a partir da adoção da NBC TA 701. Os resultados reforçam, em parte, os achados de Pinto et al. (2020), que lançam luz a um *trade off* observado na literatura referente à dúvida entre aumentar a quantidade de informação e o risco de se divulgarem dados “inúteis” (Boritz et al., 2016).

O problema da maior complexidade (e menor legibilidade) é que essa pode anular ou comprometer o objetivo inicial da norma. Sirois et al. (2018) encontraram evidências de que os PAAs podem prejudicar a atenção dos usuários pelo viés cognitivo, pois esses podem julgar as informações destacadas nos PAAs como mais relevantes do que outras informações notadamente relevantes.

Na sequência, buscando analisar a H_1 , estimaram-se os modelos 1, 2 e 3 para o ILF de três formas (Tabela 3).

No primeiro, observou-se o efeito da adoção inicial da norma (AdocaoNBCTA701_t) em 2016. No segundo, observou-se o efeito da norma a partir da sua adoção (EfeitoNBCTA701_t), comparando o período anterior com o posterior. Já o terceiro observou o efeito da norma a partir da quantidade de PAAs reportados (QtdePAAss_{it}).

Verifica-se, nos modelos 1.1 e 2.1, que o comprimento do texto (0,045** e 0,074***) teve efeito positivo sobre o ILF, o que sugere aumento da legibilidade do RAI. Observando-se os coeficientes relativos à AdocaoNBCTA701_t (0,325) e ao EfeitoNBCTA701_t (0,263), verifica-se o sinal positivo, apesar de não significativo. Desse modo, não se pode observar que a adoção da norma melhorou a legibilidade do RAI. Adicionalmente, é possível notar o efeito de moderação negativa da norma sobre o ComprT_{it} (-0,123** e -0,124**), sugerindo que a adoção da norma pode ter tornado o RAI mais complexo e com menor legibilidade. Destaca-se que essa evidência não significa que os RAIs se tornaram menos legíveis, pois, de acordo com Dyer et al. (2017), uma das premissas da divulgação de informações

financeiras é que os usuários compreendam a linguagem dos relatórios. Entretanto, dada a natureza dos PAAs, é possível que alguns, de fato, reduzam a legibilidade do RAI.

Já a análise do efeito da NBC TA 701, a partir da quantidade de PAAs reportados (Tabela 3), demonstra efeito significativo, utilizando-se a forma funcional quadrática, em formato de U. De acordo com Wooldridge (2016), em modelos com esse tipo de relação, a variável de interesse é inserida em sua forma original e quadrática, apresentando coeficientes com sinais negativo e positivo, respectivamente (-0,024 | 0,006**).

Esse tipo de relação converge com a ideia de que aumentos e reduções do tamanho do texto (ComprT) não geram ganhos ou perdas informacionais lineares. Essas evidências se diferenciam do observado por Pinto et al. (2020), que encontraram relação negativa entre a quantidade de PAAs reportados e a legibilidade. Contudo, os autores concluíram que, em ambientes com normas mais precisas, o efeito de tal relação é positivo.

Tabela 3

Efeito marginal da adoção da Norma Brasileira de Contabilidade – Técnica Auditoria 701 (NBC TA 701) sobre o índice de legibilidade de Flesch (ILF) no período de 2013 a 2018

		ILF (1.1)		ILF (2.1)		ILF (3.1)	
Intercepto	(+/-)	3,230***	(0,18)	3,020***	(0,21)	3.541***	(0,10)
ComprT _{it}	(+)	0,045**	(0,02)	0,074***	(0,02)		
AdocaoNBCTA701 _t	(H _i)	0,325	(0,37)				
AdocaoNBCTA701 _t x ComprT _{it}	(H _i)	-0,123**	(0,05)				
EfeitoNBCTA701 _t	(H _i)			0,263	(0,31)		
EfeitoNBCTA701 _t x ComprT _{it}	(H _i)			-0,124***	(0,04)		
QtdePAAss _{it}	(H _i)					-0,024	(0,02)
QtdePAAss _{it} ²	(H _i)					0,006**	(0,00)
Idade _{it}	(+)	0,014*	(0,01)	0,0129	(0,01)	0,015*	(0,01)
R _{it}	(-)	0,005	(0,01)	0,005	(0,01)	0,005	(0,01)
ROE _{it}	(-)	-0,001	(0,00)	-0,000	(0,00)	-0,001	(0,00)
NivEnd _{it}	(+/-)	0,001	(0,00)	0,001	(0,00)	0,001	(0,00)
Tam _{it}	(-)	-0,006	(0,01)	-0,005	(0,01)	-0,007	(0,00)
HonAudit _{it}	(-)	-0,013*	(0,01)	-0,014*	(0,01)	-0,012*	(0,01)
Repub _{it}	(+)	0,022**	(0,01)	0,020*	(0,01)	0,023**	(0,01)
OpinMod _{it}	(+)	0,157***	(0,02)	0,147***	(0,03)	0,166***	(0,02)
DTT _{it}	(+)	-0,099***	(0,02)	-0,097***	(0,02)	-0,097***	(0,02)
EY _{it}	(-)	-0,084***	(0,02)	-0,081***	(0,02)	-0,080***	(0,02)
KPMG _{it}	(-)	-0,108***	(0,02)	-0,107***	(0,02)	-0,107***	(0,02)
PWC _{it}	(-)	-0,017	(0,02)	-0,013	(0,02)	-0,017	(0,02)
Wald (X ²)		2.658,00***		2.540,56***		2.668,20***	
Observações		1.321		1.321		1.321	
No. de empresas		227		227		227	
Tipo painel		EA		EA		EA	

Tabela 3

Cont.

	ILF (1.1)	ILF (2.1)	ILF (3.1)
Controle ano	Sim	Sim	Sim
Controle setor	Não	Não	Não
VIF (multicolinearidade)	2,16	2,09	4,75
Teste de Chow (<i>pooled</i> x EF)	2,87***	2,89***	2,84***
Teste de Breusch-Pagan (<i>pooled</i> x EA)	179,37***	181,79***	177,73***
Teste de Hausman (EF x EA)	19,81	20,84	16,29
Teste de Wooldridge (autocorrelação)	13,63***	11,35***	8,98***

Nota: Modelos estimados por *generalized least squares* (GLS). Erros-padrões entre parênteses.

AdocaoNBCTA701 = efeito da adoção inicial da NBC TA 701; *ComprT* = comprimento do texto; *DTT_{it}*, *EY_{it}*, *KPMG_{it}* e *PWC_{it}* = variáveis dummies para cada uma das firmas Big 4; EA = efeitos aleatórios; EF = efeitos fixos; *EfeitoNBCTA701* = efeito da NBC TA 701; *HonAudit* = honorário de auditoria; *Idade* = idade da firma; *NivEnd* = nível de endividamento calculado; *OpinMod* = opinião modificada do auditor no relatório de auditoria independente (RAI); *QtdePAAs* = quantidade de principais assuntos de auditoria (PAAs); *QtdePAAs²* = quantidade de PAAs ao quadrado; *Repub* = reapresentação da demonstração financeira; *Ri* = retorno da ação; *ROE* = retorno sobre o patrimônio líquido (PL); *Tam* = tamanho da firma; *VIF* = variance inflation factor.

* = $p < 0,10$; ** = $p < 0,05$; *** = $p < 0,01$.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Analisando-se as variáveis de controle, verifica-se que o tempo de registro na CVM (*Idade_{it}*), a republicação (*Repub_{it}*) e o RAI com opinião modificada (*OpinMod_{it}*) apresentaram associações positivas e significativas, sugerindo maior nível de legibilidade dos RAI. Por sua vez, os honorários de auditoria (*HonAudit_{it}*) e ser auditado por uma das empresas Big 4 (*DTT_{it}*, *EY_{it}*, *KPMG_{it}* e *PWC_{it}*) apresentaram associações negativas, sugerindo menor legibilidade.

Nesse âmbito, deve-se destacar que a interpretação prática de ambos os resultados necessita ser contextualizada. No caso das republicações, esse maior nível de legibilidade pode estar associado com uma transparência potencialmente maior, pois, conforme evidenciaram Marques et al. (2016), a maioria das reapresentações das demonstrações financeiras realizadas no Brasil é espontânea e referente a dados qualitativos. A observação do efeito positivo e significativo da opinião modificada no RAI (com ressalva, adversa ou abstenção de opinião) é uma evidência interessante e coerente com as boas práticas de auditoria. Isso porque, quando o auditor emite uma opinião modificada, o RAI precisa ser mais claro e transparente, de modo que os leitores compreendam adequadamente as motivações para a modificação da opinião.

No que se refere à observância de efeitos negativos e significativos dos honorários do auditor e dos auditores Big 4, tal associação pode, mais uma vez, decorrer de características da amostra compreendida por grandes empresas com relativo grau de complexidade e visibilidade,

além do maior esforço de auditoria após a adoção da norma. Foi verificado que os honorários de auditoria aumentaram significativamente a partir da NBC TA 701, o que era esperado pelos auditores e demais agentes econômicos (Abdullatif & Al-Rahahleh, 2020; Gimbar et al., 2016). Além disso, alguns setores econômicos apresentaram ILF menos legível e com diferenças estatisticamente significativas, o que sugere maior complexidade. Esses resultados convergem com evidências anteriores que, por sua vez, sugerem necessidade de maior esforço de auditoria e de maior percepção de risco (Reid et al., 2019). No que se refere ao efeito negativo e significativo dos auditores Big 4, Boritz et al. (2016) já haviam verificado que, em geral, essas empresas apresentam relatórios menos legíveis. Além disso, os autores observaram que há de se considerar que fatores como a maior complexidade (e menor legibilidade) e a combinação setor da firma, risco de reputação e risco de litígio possam tornar seus relatórios menos legíveis.

Posteriormente, buscou-se analisar a H_2 de que os PAAs afetam de diferentes maneiras o nível de legibilidade (Tabela 4). Os resultados já observados na Tabela 3 quanto ao efeito da adoção da NBC TA 701 foram persistentes, com a inclusão das variáveis *dummies* para os tipos específicos de PAAs. As evidências observadas reforçam os efeitos diferenciados dos diversos tipos de PAAs sobre o RAI. Santos et al. (2020) levantaram que a extensão e o conteúdo dos PAAs dependem da complexidade abordada; logo, é possível que as associações com o ILF sejam diferentes.

Tabela 4

Efeito marginal dos tipos de principais assuntos de auditoria (PAAs) sobre o índice de legibilidade de Flesch (ILF) no período de 2013 a 2018

		ILF (2.1)		ILF (2.2)		ILF (2.3)	
Intercepto	(+/-)	3,243***	(0,17)	3,063***	(0,21)	3,542***	(0,09)
ComprT _{it}	(+)	0,044*	(0,02)	0,067**	(0,02)		
AdocaoNBCTA701 _t	(H ₁)	0,250	(0,38)				
AdocaoNBCTA701 _t x ComprT _{it}	(H ₁)	-0,113**	(0,06)				
EfeitoNBCTA701 _t	(H ₁)			0,139	(0,31)		
EfeitoNBCTA701 _t x ComprT _{it}	(H ₁)			-0,108***	(0,04)		
QtdePAAss _{it}	(H ₁)					-0,029*	(0,02)
QtdePAAss _{it} ²	(H ₁)					0,007***	(0,00)
ALI _{it}	(H ₂)	0,214***	(0,08)	0,214***	(0,08)	0,211***	(0,07)
ATI _{it}	(H ₂)	-0,093**	(0,04)	-0,086**	(0,04)	-0,112***	(0,04)
BPE _{it}	(H ₂)	-0,043	(0,03)	-0,0382	(0,03)	-0,061*	(0,03)
InstrF _{it}	(H ₂)	-0,039	(0,03)	-0,0369	(0,03)	-0,049*	(0,02)
PropI _{it}	(H ₂)	-0,260	(0,16)	-0,267	(0,16)	-0,281*	(0,16)
Rec _{it}	(H ₂)	0,155***	(0,04)	0,158***	(0,00)	0,158***	(0,04)
VRA _{it}	(H ₂)	0,124*	(0,06)	0,132**	(0,01)	0,126**	(0,06)
Idade _{it}	(+)	0,0139*	(0,01)	0,013*	(0,01)	0,016**	(0,00)
Ri _{it}	(-)	0,005	(0,01)	0,005	(0,01)	0,005	(0,00)
ROE _{it}	(-)	-0,001	(0,00)	-0,001	(0,00)	-0,001	(0,00)
NivEnd _{it}	(+/-)	0,001	(0,00)	0,001	(0,00)	0,001	(0,00)
Tam _{it}	(-)	-0,005	(0,01)	-0,004	(0,01)	-0,005	(0,00)
HonAudit _{it}	(-)	-0,014**	(0,01)	-0,014**	(0,01)	-0,014**	(0,01)
Repub _{it}	(+)	0,017	(0,01)	0,017	(0,01)	0,019*	(0,01)
OpinMod _{it}	(+)	0,163***	(0,02)	0,157***	(0,02)	0,171***	(0,02)
DTT _{it}	(-)	-0,106***	(0,02)	-0,107***	(0,02)	-0,103***	(0,02)
EY _{it}	(-)	-0,081***	(0,02)	-0,080***	(0,02)	-0,076***	(0,02)
KPMG _{it}	(-)	-0,111***	(0,02)	-0,112***	(0,02)	-0,109***	(0,02)
PWC _{it}	(-)	-0,020	(0,02)	-0,019	(0,02)	-0,019	(0,02)
Wald (X ²)		2.836,42***		2.832,54***		2.865,52***	
Observações		1.321		1.321		1.321	
No. de empresas		227		227		227	
Tipo painel		EA		EA		EA	
Controle ano		Sim		Sim		Sim	
Controle de setor		Não		Não		Não	
VIF		1,88		1,83		3,81	
Teste de Chow (pooled x EF)		2,82***		2,82***		2,79***	
Teste de Breusch-Pagan (pooled x EA)		165,62***		166,99***		167,34***	
Teste de Hausman (EF x EA)		30,28		31,35		27,49	
Teste de Wooldridge (autocorrelação)		23,753***		20,346***		16,724***	

Nota: Modelos estimados por *generalized least squares (GLS)*. Erros-padrões entre parênteses.

AdocaoNBCTA701 = efeito da adoção inicial da Norma Brasileira de Contabilidade – Técnica Auditoria 701 (NBC TA 701); ALI = alienação de ativos; ATI = ambiente de tecnologia da informação; ComprT = comprimento do texto; DTT_{it}, EY_{it}, KPMG_{it} e PWC_{it} = variáveis dummies para cada uma das firmas Big 4; EA = efeitos aleatórios; EF = efeitos fixos; EfeitoNBCTA701 = efeito da NBC TA 701; HonAudit = honorário de auditoria; Idade = idade da firma; NivEnd = nível de endividamento calculado; OpinMod = opinião modificada do auditor no relatório de auditoria independente (RAI); Ou = outros; Prov = provisões e contingências; QtdePAAs = quantidade de PAAs; QtdePAAs² = quantidade de PAAs ao quadrado; RECJ = recuperação judicial; Repub = reapresentação da demonstração financeira; Ri = retorno da ação; ROE = retorno sobre o patrimônio líquido (PL); Tam = tamanho da firma; VIF = variance inflation fator; VRA = valor residual dos ativos que assumem valor 1 quando forem reportados e 0 quando não.

* = $p < 0,10$; ** = $p < 0,05$; *** = $p < 0,01$.

Fonte: Elaborada pelos autores.

As evidências demonstraram que os PAAs apresentaram associações negativas com o ILF sobre o ambiente de tecnologia da informação (ATI), benefícios pós-emprego (BPE), instrumentos financeiros (InstrF) e propriedades para investimentos (PropI), enquanto, sobre a alienação de ativos (ALI), reconhecimento de receitas (Rec) e valor residual de ativos (VRA) apresentaram efeitos positivos e estatisticamente significativos em um ou mais modelos, sugerindo maior legibilidade.

Estes resultados reforçam a H₂, primeiro, porque os tipos de PAAs se relacionam de maneira diferenciada com o ILF; segundo, porque os PAAs que apresentaram significância estatística negativa são temas, de fato, relativamente complexos e que exigem a utilização de linguagem relativamente mais técnica, por conseguinte, com efeito negativo sobre o ILF.

Por sua vez, aqueles PAAs que apresentaram associação positiva, trata-se de temas de conhecimento geral da maioria do usuário médio das informações contábeis. Essa diferença nas associações entre os tipos de PAAs foi observada nos estudos de Kend e

Nguyen (2020) e Kitiwong e Sarapaivanich (2020), que observaram que os tipos de PAAs têm implicações diferentes conforme seu conteúdo e extensão. Destaca-se que os resultados para os controles também não se alteraram em termos de sinal e significância; contudo, os coeficientes sofreram ligeira alteração, já que, possivelmente, a inserção de *dummies* para cada tipo de PAAs pode ter reduzido vieses existentes nos modelos que os omitiram.

4.2.1 Análises adicionais e de robustez

Visando verificar a consistência dos resultados, analisou-se o efeito da adoção da NBC TA 701 sobre as outras duas *proxies* de legibilidade (comprimento do texto e tamanho do arquivo). Os resultados observados para o comprimento do texto (ComprT) reforçaram tanto as evidências relacionadas à H₁ quanto à H₂. Contudo, destaca-se que o aumento de ComprT significa maior complexidade do texto. Nesse cenário, conforme observa Li (2006), assume-se que o usuário médio tenha nível de compreensão suficiente da linguagem contábil.

Tabela 5

Efeito da adoção da Norma Brasileira de Contabilidade – Técnica Auditoria 701 (NBC TA 701) sobre o comprimento do texto (ComprT) e tamanho do arquivo (TArq)

Painel A – ComprT	(3.1)	(3.2)	(3.3)	(4.1)	(4.2)	(4.3)
Intercepto	6,262*** (0,12)	6,262*** (0,12)	6,534*** (0,11)	6,470*** (0,11)	6,470*** (0,11)	6,542*** (0,11)
AdoçãoNBCTA701 _t	0,866*** (0,02)			0,622*** (0,03)		
EfeitoNBCTA701 _t		0,959*** (0,02)			0,731*** (0,03)	
QtdePAAss _{it}			0,206*** (0,02)			0,164*** (0,03)
QtdePAAss_it ²			-0,0186*** (0,00)			-0,0161*** (0,00)
Controles anteriores	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Wald (X ²)	5.024,65***	5.024,65***	6.272,10***	5.985,40***	5.985,40***	6.415,52***
Painel B – TArq	(5.1)	(5.2)	(5.3)	(6.1)	(6.2)	(6.3)
Intercepto	2,581*** (0,61)	2,708*** (0,72)	4,691*** (0,36)	2,629*** (0,61)	2,727*** (0,72)	4,633*** (0,35)
ComprT _{it}	0,313*** (0,08)	0,296*** (0,09)		0,301*** (0,08)	0,288*** (0,09)	
AdocaoNBCTA701 _t	-0,913 (1,26)			-1,013 (1,25)		
AdocaoNBCTA701 _t x ComprT _{it}	0,0622 (0,17)			0,0711 (0,16)		
EfeitoNBCTA701 _t		-0,990 (1,06)			-0,991 (1,06)	

Tabela 5

Cont.

EfeitoNBCTA701 _i x ComprT _{it}	0,0675 (0,14)		0,0642 (0,14)			
QtdePAAss _{it}	0,112* (0,06)		0,123** (0,06)			
QtdePAAss _{it} ²	-0,00925 (0,01)		-0,0139 (0,01)			
Controles anteriores	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Wald (X ²)	216,31***	216,78***	199,65***	234,99***	235,75***	221,19***

Nota: Foram omitidas as demais estatísticas do modelo por limitação de espaço.

* = $p < 0,10$; ** = $p < 0,05$; *** = $p < 0,01$.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Desse modo, verifica-se que a adoção da NBC TA 701 resultou em aumento do texto, com potencial redução da legibilidade até certo limite. Conforme se pode verificar nos resultados relativos ao efeito dos PAAs, esses foram estatisticamente significativos e com sinais opostos aos observados nos modelos estimados para a análise do efeito sobre o ILF. Os resultados foram similares também para os efeitos dos tipos de PAAs específicos. Entretanto, no caso do comprimento do

texto, as diferenças observadas entre cada tipo consistem na magnitude, pois a inserção de um PAA não pode reduzir o tamanho do texto. Destaca-se, ainda, que os auditores Big 4 apresentaram coeficientes negativos, o que sugere que, comparativamente aos auditores não Big 4, seus RAIs apresentam menor comprimento do texto. As demais variáveis reforçam as evidências anteriores (tabelas 3 e 4) que utilizaram as mesmas métricas de legibilidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar o efeito da adoção da NBC TA 701 sobre a legibilidade dos RAIs de 240 empresas listadas com maior liquidez na B3, no período de 2013 a 2018 – os três anos anteriores e posteriores à vigência da NBC TA 701.

Os resultados evidenciaram que os PAAs mais reportados foram redução ao valor recuperável (RVR), provisões e contingências (PROV), reconhecimento de ativos/passivos regulatórios (RAPR), instrumentos financeiros (INSTRF) e impostos diferidos ativos (IMPDIFA), que representaram 69% do total de PAAs divulgados pelas empresas da amostra. Além disso, verificou-se que 13 tipos de PAAs respondem por 86% do total reportado no período e que, em 2017 e 2018, aproximadamente 60% dos PAAs já haviam sido reportados anteriormente, como observado em Kend e Nguyen (2020).

Verificou-se, ainda, que os tipos de PAAs têm associação positiva com o comprimento do texto e o tamanho do arquivo e que alguns, como reconhecimento de ativos e passivos regulatórios (RAPR) e redução ao valor recuperável (RVR), têm correlações negativas com o ILF. Esses PAAs predominantes convergem, em parte, com os observados em Abdullatif e Al-Rahahleh (2020), Ferreira e Morais, (2020) e Kend e Nguyen (2020). Do mesmo

modo, o nível de complexidade dos RAIs já foi observado anteriormente (Boritz et al., 2016), contudo, Pinto et al. (2020) e Velte (2018, 2019) também reforçaram que o RAI apresenta baixo nível de legibilidade na perspectiva do ILF. Todavia, isso não significa que todos os usuários terão dificuldade de compreensão do seu conteúdo a partir da NBC TA 701, pois, em geral, os usuários estão familiarizados com a linguagem utilizada.

Os resultados evidenciaram que, em termos gerais, a adoção da NBC TA 701 aumentou o tamanho do texto (ComprT) e reduziu o nível de legibilidade do RAI. Contudo, quando analisado o efeito da quantidade de PAAs, observou-se que esses aumentam a legibilidade, porém, em uma relação quadrática, em formato de U.

Coerente com o efeito positivo do aumento do texto (ComprT) e negativo da adoção da NBC TA 701, a relação quadrática da quantidade de PAAs sugere que essa redução trazida pela NBC TA 701 ocorre até certo limite, quando a partir daí a inserção de conteúdo nos PAAs melhoram o nível de legibilidade e compreensão. Esses resultados se diferenciam dos trabalhos que testaram uma relação linear entre PAAs e legibilidade (Pinto et al., 2020; Velte, 2018, 2019) que, em geral, encontraram associação negativa (e/ou positiva, mas não significativa).

Além disso, observou-se que os PAAs têm efeitos diferentes sobre o ILF. Foi também evidenciado que aqueles com maior nível de complexidade tendem a reduzir a legibilidade, enquanto aqueles sobre tópicos mais conhecidos pelo usuário médio tendem a aumentar. Esses achados são importantes e coerentes com estudos experimentais e/ou documentais, os quais observaram que, dependendo do assunto do PAA, os usuários decidem de maneira diferente (Köhler et al., 2020) e/ou têm maior probabilidade de reportar (Kitiwong & Sarapaivanich, 2020).

Os resultados trazem contribuições para as diversas partes interessadas. Para os acadêmicos, as evidências reforçam a necessidade de se considerarem o conteúdo e a natureza dos PAAs na modelagem de fenômenos associados, uma vez que a consideração quantitativa sugere, de forma inapropriada, por exemplo, a perda de legibilidade, como observado por Pinto et al. (2020). As evidências levantadas por esse estudo reforçam que o efeito dos PAAs se apresenta em formato de U, logo, haverá uma perda pelo aumento isolado de conteúdo. Entretanto, a partir de certo limite, a inserção de conteúdo nos PAAs aumenta a legibilidade do RAI.

Na perspectiva dos reguladores, levanta-se a necessidade de maior monitoramento do conteúdo do RAI, pois, conforme Abdullatif e Al-Rahahleh (2020) e Segal (2019), o monitoramento fraco pode tornar a norma mais uma exigência que será cumprida “pró-forma”. Considerando que foi observada uma taxa de repetição de 60% dos PAAs e que evidências em outros mercados verificaram comportamento similar, é preciso envidar esforços para mitigar o problema da repetição e/ou reduzir sua ocorrência quando, por exemplo, tal repetição decorrer de características específicas da firma e/ou setor e forem, portanto, um PAA permanente.

Por fim, para os gestores e auditores, os resultados trazem evidências de que os PAAs reportados têm potencial conteúdo informacional, mas sua força e

magnitude dependem da natureza e extensão do assunto. Em especial, para os PAAs com maior complexidade, apesar de haver uma linguagem técnica, conhecida pelo usuário médio da informação contábil, a utilização de uma linguagem mais compreensível ao público em geral pode ser útil para a melhoria do conteúdo informacional do RAI.

Apesar das contribuições, o presente estudo apresenta limitações. Primeiro, porque a amostra ficou restrita às empresas mais líquidas do mercado de capitais, logo, as inferências de maior ou menor legibilidade devem ser realizadas considerando variações de contextos, pois não necessariamente a menor ou maior legibilidade resulta no mesmo efeito prático a todos os usuários, uma vez que não foi controlado o nível de conhecimento dos usuários sobre o assunto. Além disso, a análise dessa relação, utilizando-se de dados de empresas com baixa liquidez, pode apresentar diferenças em decorrência dos incentivos associados a empresas com essa característica. Os modelos utilizados também não controlaram alguns efeitos potenciais da estrutura de governança, estrutura de mercado, disponibilidade de crédito, entre outros fatores. Outra limitação deste estudo é a presunção de que o RAI, como um todo, é uma peça de interesse do usuário das informações contábeis, apesar de ser possível que ele se interesse apenas por fragmentos desse. Diante disso, sugere-se, para estudos futuros, a realização de estudos do tipo *survey* (levantamento) com amostras representativas e que possibilitem compreender efetivamente o nível de importância do RAI.

Os achados desta pesquisa, com as evidências de que os PAAs têm efeitos diferentes na legibilidade do RAI, possibilitam, por conseguinte, a realização de experimentos para se identificar a causalidade entre o conteúdo informacional dos PAAs e outros componentes do RAI. Além disso, possibilitam estudos de eventos que possam trazer evidências mais conclusivas sobre as implicações dessa norma aos diversos usuários.

REFERÊNCIAS

- Abdullatif, M., & Al-Rahahleh, A. S. (2020). Applying a new audit regulation: Reporting key audit matters in Jordan. *International Journal of Auditing*, 24(2), 268-291. <https://doi.org/10.1111/ijau.12192>
- Alves, E. D., Jr., & Galdi, F. C. (2020). The informational relevance of key audit matters. *Revista Contabilidade & Finanças*, 31(82), 67-83. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201908910>
- Asay, H. S., Elliott, W. B., & Rennekamp, K. (2017). Disclosure readability and the sensitivity of investors' valuation judgments to outside information. *The Accounting Review*, 92(4), 1-25. <https://doi.org/10.2308/accr-51570>
- Baltagi, B. H. (2005). *Econometrics analysis of panel data* (3a. ed.). John Wiley & Sons.
- Blanco, B., Coram, P., Dhole, S., & Kent, P. (2020). How do auditors respond to low annual report readability? *Journal of Accounting and Public Policy*, Artigo 106769. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2020.106769>
- Bonsall, S. B., & Miller, B. P. (2017). The impact of narrative disclosure readability on bond ratings and the cost of debt.

- Review of Accounting Studies*, 22(2), 608-643. <https://doi.org/10.1007/s11142-017-9388-0>
- Boritz, J. E., Hayes, L., & Timoshenko, L. M. (2016). Determinants of the readability of SOX 404 Reports. *Journal of Emerging Technologies in Accounting*, 13(2), 145-168. <https://doi.org/10.2308/jeta-51593>
- Brasel, K., Doxey, M. M., Grenier, J. H., & Reffett, A. (2016). Risk disclosure preceding negative outcomes: The effects of reporting critical audit matters on judgments of auditor liability. *Current Issues in Auditing*, 10(2), 1-10. <https://doi.org/10.2308/ciia-51546>
- Cheung, E., & Lau, J. (2016). Readability of notes to the financial statements and the adoption of IFRS. *Australian Accounting Review*, 26(2), 162-176. <https://doi.org/10.1111/auar.12087>
- Coram, P. J., & Wang, L. (2020). The effect of disclosing key audit matters and accounting standard precision on the audit expectation gap. *International Journal of Auditing* (special issue), Artigo12203. <https://doi.org/10.1111/ijau.12203>
- Dyer, T., Lang, M., & Stice-Lawrence, L. (2017). The evolution of 10-K textual disclosure: Evidence from latent dirichlet allocation. *Journal of Accounting and Economics*, 64(2), 221-245. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2017.07.002>
- Evans, J. D. (1996). *Straightforward statistics for the behavioral sciences*. Brooks/Cole Publishing.
- Ferreira, C., & Morais, A. I. (2020). Analysis of the relationship between company characteristics and key audit matters disclosed. *Revista Contabilidade & Finanças*, 31(83), 262-274. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201909040>
- Gimbar, C., Hansen, B., & Ozlanski, M. E. (2016). The effects of critical audit matter paragraphs and accounting standard precision on auditor liability. *The Accounting Review*, 91(6), 1629-1646. <https://doi.org/10.2308/accr-51382>
- Gold, A., & Heilmann, M. (2019). The consequences of disclosing key audit matters (KAMs): A review of the academic literature. *Maandblad Voor Accountancy en Bedrijfseconomie*, 93(1/2), 5-14. <https://doi.org/10.5117/mab.93.29496>
- Gold, A., Heilmann, M., Pott, C., & Rematzki, J. (2020). Do key audit matters impact financial reporting behavior? *International Journal of Auditing*, 24(2), 232-244. <https://doi.org/10.1111/ijau.12190>
- Hermelo, F. D., & Vassolo, R. (2012). How much does country matter in emerging economies? Evidence from Latin America. *International Journal of Emerging Markets*, 7(3), 263-288. <https://doi.org/10.1108/17468801211237009>
- In, C., Kim, T., & Park, S. (2020). Key audit matters for production-to-order industry and conservatism. *International Journal of Financial Studies*, 8(5), 2-18. <https://doi.org/10.3390/ijfs8010005>
- Jang, M., & Rho, J. (2016). IFRS adoption and financial statement readability: Korean evidence. *Asia-Pacific Journal of Accounting & Economics*, 23(1), 22-42. <https://doi.org/10.1080/16081625.2014.977306>
- Kend, M., & Nguyen, L. A. (2020). Investigating recent audit reform in the Australian context: An analysis of the KAM disclosures in audit reports 2017-2018. *International Journal of Auditing*, 24(3), 412-430. <https://doi.org/10.1111/ijau.12205>
- Kitiwong, W., & Sarapaivanich, N. (2020). Consequences of the implementation of expanded audit reports with key audit matters (KAMs) on audit quality. *Managerial Auditing Journal*, 35(8), 1095-1119. <https://doi.org/10.1108/MAJ-09-2019-2410>
- Köhler, A., Ratzinger-Sakel, N., & Theis, J. (2020). The effects of key audit matters on the auditor's report's communicative value: Experimental evidence from investment professionals and non-professional investors. *Accounting in Europe*, 17(2), 105-128. <https://doi.org/10.1080/17449480.2020.1726420>
- Li, F. (2006). Annual report readability, current earnings, and earnings persistence. *Journal of Accounting and Economics*, 45(2/3), 221-247. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2008.02.003>
- Lo, K., Ramos, F., & Rogo, R. (2017). Earnings management and annual report readability. *Journal of Accounting and Economics*, 63(1), 1-25. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2016.09.002>
- Luo, J., Li, X., & Chen, H. (2018). Annual report readability and corporate agency costs. *China Journal of Accounting Research*, 11(3), 187-212. <https://doi.org/10.1016/j.cjar.2018.04.001>
- Marques, V. A., Buenos Aires, D. B., Cerqueira, N. P. P., Silva, L. K. C., & Amaral, H. F. (2016). Dinâmica das republicações das demonstrações contábeis no período de 1997-2012. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 19(3), 440-464. https://doi.org/10.21714/1984-3925_2016v19n3a6
- Martins, S. J. O., & Filgueiras, L. V. L. (2007). Métodos de avaliação de apreensibilidade das interfaces textuais: uma aplicação em sítios de governo eletrônico. In *Anais da Conferência Latinoamericana de Interação Humano Computador* (p. 1-14). <https://www.researchgate.net/publication/237406825>
- Moroney, R., Phang, S.-Y., & Xiao, X. (2020). When do investors value key audit matters? *European Accounting Review*, 30(1), 1-20. <https://doi.org/10.1080/09638180.2020.1733040>
- Pinto, I., Morais, A. I., & Quick, R. (2020). The impact of the precision of accounting standards on the expanded auditor's report in the European Union. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 40, 1-18. <https://doi.org/10.1016/j.intaccudtax.2020.100333>
- Reid, L. C., Carcello, J. V., Li, C., Neal, T. L., & Francis, J. R. (2019). Impact of auditor report changes on financial reporting quality and audit costs: Evidence from the United Kingdom. *Contemporary Accounting Research*, 36(3), 1501-1539. <https://doi.org/10.1111/1911-3846.12486>
- Salehi, M., Lari Dasht Bayaz, M., Mohammadi, S., Adibian, M. S., & Fahimifard, S. H. (2020). Auditors' response to readability of financial statement notes. *Asian Review of Accounting*, 28(3), 463-480. <https://doi.org/10.1108/ARA-03-2019-0066>
- Santos, K. L. dos, Guerra, R. B., Marques, V. A., & Maria, E., Jr. (2020). Do critical audit matters matter? An analysis of their association with earnings management. *Revista de Educação e*

- Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 14(1), 55-77. <https://doi.org/10.17524/repec.v14i1.2432>
- Segal, M. (2019). Key audit matters: Insight from audit experts. *Meditari Accountancy Research*, 27(3), 472-494. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-06-2018-0355>
- Seifzadeh, M., Salehi, M., Abedini, B., & Ranjbar, M. H. (2020). The relationship between management characteristics and financial statement readability. *EuroMed Journal of Business*, 16(1), 108-126. <https://doi.org/10.1108/EMJB-12-2019-0146>
- Sirois, L.-P., Bédard, J., & Bera, P. (2018). The informational value of key audit matters in the auditor's report: Evidence from an eye-tracking study. *Accounting Horizons*, 32(2), 141-162. <https://doi.org/10.2308/acch-52047>
- Souza, J. A. S., Rissatti, J. C., Rover, S., & Borba, J. A. (2019). The linguistic complexities of narrative accounting disclosure on financial statements: An analysis based on readability characteristics. *Research in International Business and Finance*, 48, 59-74. <https://doi.org/10.1016/j.ribaf.2018.12.008>
- Torre, A. de la, & Schukler, S. L. (2007). *Emerging capital markets and globalization: The Latin American experience*. Stanford University Press/World Bank.
- Velte, P. (2018). Does gender diversity in the audit committee influence key audit matters' readability in the audit report? UK evidence. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 25(5), 748-755. <https://doi.org/10.1002/csr.1491>
- Velte, P. (2019). Associations between the financial and industry expertise of audit committee members and key audit matters within related audit reports. *Journal of Applied Accounting Research*, 21(1), 185-200. <https://doi.org/10.1108/JAAR-10-2018-0163>
- Vinson, J. M., Robertson, J. C., & Cockrell, R. C. (2018). The effects of critical audit matter removal and duration on jurors' assessments of auditor negligence. *AUDITING: A Journal of Practice & Theory*, 38(3), 183-202. <https://doi.org/10.2308/ajpt-52319>
- Wooldridge, J. M. (2016). *Introductory econometrics: A modern approach* (6a. ed.). Cengage Learning.